

TRUMP NAO VAI MELHORAR VIDA DOS TRABALHADORES

Kjeld Jakobsen

Publicado en ALAINET, enero 2017

A eleição de Donald Trump, assim como a ascensão política da extrema-direita na Europa, decorre da percepção de perdas que os trabalhadores formais e nacionais vêm sofrendo e que atribuem aos tratados e acordos internacionais assinados pelos liberais, social-democratas, democratas-cristãos e partidos semelhantes que somente estariam beneficiando empresas e imigrantes.

Em relação às empresas, a percepção é correta, pois, além de vivermos sob a hegemonia do capital financeiro que proporciona riqueza aos rentistas, o “um por cento” que não produz nada e se apropria de uma renda superior à dos 99% restantes da população mundial, há os fenômenos da concentração de renda e de poder do setor financeiro. O problema é que eleger Trump nos EUA ou os neonazistas na Europa não vai melhorar a vida dos trabalhadores.

É claro que a propaganda eleitoral de Donald Trump e a dos que defenderam a saída do Reino Unido da União Europeia exploraram essa percepção das pessoas, sem qualquer escrúpulo em mentir ou exagerar na tintura dos problemas. No caso da campanha de Trump, foi dirigida com sucesso para conquistar os votos dos trabalhadores brancos, tradicionalmente eleitores do Partido Democrata, com base no slogan “Fazer a América Grande Outra Vez”, atribuindo o desemprego aos migrantes mexicanos e aos acordos de livre comércio que estimulam empresas americanas a se instalarem em outros países e assim exportar empregos. Essa estratégia levou-o a conquistar muitos votos no cinturão industrial composto por estados como Michigan, Ohio, Pensilvânia e Wisconsin, que, somados aos votos conservadores e de extrema-direita usuais dos republicanos, garantiu-lhe a vitória.

A campanha eleitoral, extremamente truculenta por suas expressões xenófobas e machistas, “causou espécie” entre os democratas no mundo e mesmo entre alguns republicanos dos Estados Unidos. Até José Serra, o chanceler usurpador do Brasil,

declarou em entrevista que a “hipótese de vitória de Trump seria um pesadelo”, pois admitiu que, desde que viveu nos EUA, sempre torceu pelos democratas. Na verdade, há indícios de que os golpistas brasileiros podem ter sido apoiados, mesmo que indiretamente, pela administração Obama, embora diretamente pelas fundações libertárias americanas. Seguramente, os contatos de Serra e sua defesa da abertura da exploração do pré-sal para as grandes empresas petrolíferas americanas e sua recente oferta de ceder a base de Alcântara para uso dos Estados Unidos foram importantes para obter esses apoios. Assim como foi fundamental a atuação de Temer como “quinta coluna”, dando opiniões e informações sigilosas à embaixada dos Estados Unidos quando era somente presidente do PMDB, embora seu partido já fosse coligado ao PT durante o governo Lula.

O discurso de posse de Donald Trump, claramente contra os “políticos” e fundamentado na retórica de “a América em primeiro lugar”, e a composição de seu ministério, bem como os decretos da primeira semana de governo, apontam para políticas sociais conservadoras, xenofobia, protecionismo comercial e beligerância.

Em primeiro lugar, a escolha de um dirigente do Lehman Brothers Bank como secretário do Tesouro sugere a manutenção das políticas neoliberais e hegemonia do setor financeiro. Porém, algumas medidas adotadas, mesmo antes de assumir a Presidência, como a pressão sobre empresas para não abrirem novas unidades no México, caso da Carrier e da Ford, que decidiram mantê-las nos EUA, indicam que Trump também tentará reduzir o déficit comercial dos Estados Unidos.

As medidas adicionais defendidas por Trump após a posse sugerem que, além de enfrentar o déficit comercial, tentará alavancar a produtividade da indústria estadunidense e atrair investimentos externos: a reforma tributária na qual o imposto sobre a renda das empresas seria substituído por um imposto sobre valor agregado (IVA) incidindo sobre o consumo, inclusive de produtos importados; a desoneração das exportações; a substituição de acordos comerciais multilaterais e plurilaterais, como o TPP, do qual já decretou a saída dos EUA, por acordos bilaterais, como por exemplo com o Reino Unido, agora fora da União Europeia; e a promoção de algumas compras governamentais exigindo 100% de conteúdo local.

A indicação de um diretor executivo da empresa petroleira Exxon como secretário de Estado nos permite afirmar que, a depender dos EUA, poderemos esquecer qualquer acordo sério sobre as mudanças climáticas no curto prazo. Um dos decretos dessa semana, inclusive, dá início à construção de dois oleodutos controversos que haviam sido cancelados durante o governo Obama. Embora a retórica do novo secretário, durante sua arguição no Senado, fosse agressiva no geral, inclusive contra a Rússia, o mais provável é que a beligerância do governo Trump se volte particularmente contra a China em função das disputas comerciais já existentes. Antes mesmo de tomar posse, o novo presidente buscou contatos com o governo de Taiwan, também recém-eleito, o que a China considerou uma provocação por se tratar de “província rebelde”.

No Oriente Médio, a nova administração estadunidense resolveu apoiar explicitamente a política israelense de colonização da Palestina, ao nomear um novo embaixador que tem defendido publicamente o direito do governo israelense de construir novas colônias nos territórios ocupados; o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu já anunciou o início dessas construções como forma de testar o comportamento de Trump frente ao tema. Se um acordo de paz já estava distante devido à truculência israelense e à política vacilante de Obama, agora a perspectiva está praticamente enterrada.

Ainda em relação a essa região, Trump emitiu um decreto suspendendo a entrada nos EUA por 120 dias de refugiados muçulmanos e por noventa dias a de cidadãos de países com população majoritariamente muçulmana: Irã, Iraque, Líbia, Sudão, Somália e Síria. Esse decreto foi barrado pela justiça do país, mas não antes que vários cidadãos fossem deportados. Além disso, o presidente norte-americano tem falado em renegociar o acordo nuclear com o Irã por considerá-lo exageradamente benéfico aos iranianos, o que significa abrir hostilidades contra o país que hoje atua em conjunto com a Rússia contra o Estado Islâmico na Síria e em defesa do governo de Bashar al-Assad.

A percepção da agressividade, inclusive armada, é reforçada pelo fato de estar integrando o ministério a irmã do dono da empresa de mercenários Blackwater, como secretária de Educação. Erick Prince irmão foi um apoiador de Trump de primeira hora, mas, de qualquer forma, o complexo industrial-militar norte-americano sempre foi

influyente sob qualquer governo. Além das possibilidades já mencionadas, que poderão suscitar intervenções armadas, existe ainda o contencioso estadunidense com a Coreia do Norte desde que esta detonou seu primeiro artefato nuclear e tem feito sucessivos testes com mísseis balísticos de longa distância.

Isso somado ao mote de sua campanha, as afirmações de que a manutenção de organismos multilaterais como a ONU custa muito caro e que a Otan estaria obsoleta indicam a possibilidade de que Trump venha a adotar políticas conflituosas de forma ainda mais unilateral do que fizeram Bill Clinton nos Bálcãs e George Bush no Afeganistão e no Iraque.

No que tange à América Latina e Caribe, as menções preocupantes feitas por Trump são as de apoio à oposição venezuelana e de que Obama teria feito um mau acordo com Cuba, além das ameaças aos migrantes latino-americanos. Igualmente grave, ou ainda pior, é o recente decreto sobre a construção do muro na fronteira com o México, cujo custo de US\$ 20 bilhões ele pretende jogar sobre os ombros do país vizinho, ou por meio de um imposto sobre as exportações mexicanas para os EUA ou sobre as remessas dos imigrantes mexicanos para o México.

Quanto aos demais países da América Latina, parece que ele deverá seguir a política de George Bush de pouco caso, embora tenhamos de aguardar para ver o que significa a renegociação do Nafta anunciada por Trump durante a campanha eleitoral. Que impactos terá para os trabalhadores dos três países integrantes e para o restante da América Latina, pois na época da Alca a pretensão estadunidense era que esta fosse uma extensão do Nafta para o restante do continente. Se surgir um novo acordo, é possível que também ressuscite a ideia de estendê-lo para os demais países latino-americanos e caribenhos.

O movimento social nos EUA tem se manifestado contra o novo governo. Assim foram a marcha que reuniu milhares de mulheres em Washington e as recentes manifestações em aeroportos contra o decreto de discriminação contra muçulmanos e refugiados. No entanto, não existe total unanimidade em sua base para enfrentar o governo, pois alguns sindicatos, por exemplo, se animaram com certas medidas adotadas como o fim do TPP e o início da construção dos oleodutos.

